

As ocupações do Movimento de Mulheres Olga Benário: resistência e subversão como meios para o direito à cidade

Helena Sá B. P. Garcia
Jessica de Castro Santana

1. Mulheres, urbanos, fronteiras e pontes

Compreender a condição da mulher parte, inicialmente, do princípio do aporte dessa metade da humanidade no desenvolvimento da sociedade moderna, que em sua etapa primitiva se deu fundamentalmente pela divisão sexual do trabalho, a qual mais tarde passa a segmentar aquilo que é trabalho produtivo e reprodutivo (BHATTACHARYA, 2013). Neste contexto se delinea a esfera da domesticidade e das atividades ligadas à reprodução social, isto é, da manutenção e reprodução da vida. Assim, este regime a que chamamos patriarcado se constitui por uma organização social estruturada pela necessidade de exploração e dominação das capacidades e corpos femininos (FEDERICI, 2004), e consequente pela segmentação daquele que será o espaço onde poderão estes corpos ocupar e em qual domínios poderão se expressar: a casa, o privado, os cômodos de serviço, o quarto dos fundos, do portão para dentro.

No entanto, as evidências históricas e a luta política feminista revelam que as distinções entre público e privado são maleáveis e se materializam enquanto dispositivo de dominação e ao propósito de sedimentar ideologicamente este modelo, mais do que de fato descrever a organização social. No caso do Brasil, tratamos de territórios em que mulheres das classes trabalhadoras e racializadas sempre ocuparam o espaço da cidade, e também no geral se encontravam na parcela da força produtiva, ainda que majoritariamente no campo das atividades mais pauperizadas. Como retrata Rolnik (1997:61), o cenário do centro de São Paulo por muito tempo “foi ponto de encontro noturno das vendedoras negras, escravas e forras, que no exílio desenraizador da escravidão na América praticavam sua arte tradicional do comércio ambulante e de feiras de comestíveis e gêneros de primeira necessidade.”

Mesmo no espaço doméstico, em suas complexificações de raça e classe, também não há um domínio estritamente do universo privado. Como afirma Almeida (2001), isso se dá principalmente nesta organização social que tem, em sua história, unidades domésticas compostas com relações familiares e relações de classes desiguais, como escravos domésticos, e nos dias de hoje, as empregadas domésticas. Ainda assim, ressalta-se que a vivência das mulheres no espaço público ainda se constitui por esta separação formal, impressa por uma condição de marginalidade, de modo que para muitas mulheres a cidade não é um lugar onde elas *estão*, mas sim um lugar que *vão quando necessitam*, um lugar hostil à sua presença (GOUVEIA, 2011: 7). A organização do espaço da cidade e do modo de vida urbano não incorpora a vida das mulheres, pelo contrário, as repele.

Na periferia, encontram uma cidade com deficiências estruturais extremas, e estão constantemente submetidas a espoliações e extorsões que se operam através da precariedade ou mesmo inexistência de serviços de consumo coletivo necessários em relação aos níveis de subsistência. “Estas condições agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza nas relações de trabalho. Ou seja, os obstáculos que se interpõe para o efetivo cumprimento do direito à moradia, direito a acesso à serviços públicos e, em última instância, uma vida urbana plena, afetam de forma diferente e desproporcional as mulheres.

A dupla jornada, a inserção no mercado informal de trabalho, a insegurança no espaço urbano sem infraestrutura adequada as coloca de forma vulnerável no território da cidade.” (SILVA, 2013). Assim, as mulheres das classes populares não vivenciam plenamente o espaço da cidade, de modo que sua história, sua cultura e sua vida política, acabam por se circunscrever entre os fatores que interdita suas vidas no seio do privado, muitas vezes às distanciando da prática política.

Mas mesmo diante desta série de entraves, observa-se que as mulheres historicamente estiveram inseridas e protagonizaram diversas lutas populares no Brasil. Vários são os exemplos, como podemos citar: nos quilombos (séculos XVII e XVIII); nas ligas camponesas (anos 70); na luta pela Anistia e Redemocratização; no movimento pelo custo de vida (anos 60); entre tantas outras;

2. Um breve panorama *gramatical*

No cenário de riqueza e multiplicidade de agentes políticos da redemocratização dos anos 1980, passaram a atuar movimentos sociais de profunda riqueza de reivindicações, e entre estes os movimentos de luta pelo direito à moradia digna e amplo acesso aos bens comuns urbanos. Retoma-se o debate sobre a Reforma Urbana e a temática do direito à cidade ganha espaço. Ou seja, trata-se de um ponto de virada onde estes atores deixam de se restringir às demandas em torno do mundo do trabalho, constituindo organizações atentas às problemáticas da reprodução social e dos fazeres cotidianos (BASTOS, et. al, 2017).

Em torno dessas práticas e valores o movimento de moradia se estrutura, se define e se apresenta à sociedade enquanto um ator coletivo irradiador, contribuindo também para disseminar suas dinâmicas pela cidade, fomentando múltiplas agrupações da sociedade civil. Assim, nos anos 2000, o gênero ocupação passa ao processo inflexão, no caminho para uma teia diferencial ao território, que resultará, mais adiante, em ocupações não-habitacionais, de caráter efêmero ou permanente. Ocupar se torna uma ação tática e prática e que vislumbra, de maneira estratégica, alcançar um objetivo, produzindo tensionamentos a partir de novas formas de se desenvolver a sociedade, mostrando a potência na prática da possibilidade de uma produção do espaço urbano alternativa. Desta forma, tratamos do ocupar enquanto gramática, como forma de re-alfabetização do território e da vida cotidiana.

O modo de ocupar do Movimento de Mulheres Olga Benario concentra itinerários em que convergem muitas táticas dos movimentos socioterritoriais. Falamos de espaços que devem acolher e resguardar, mas integrar e multiplicar, ao mesmo tempo. Falamos de lugares de reprodução social, que guardam os signos de um habitar. No entanto, falamos de uma reprodução que ocorre de maneira diferencial aos territórios de perenidade que se agregam no habitar, pois ele é necessariamente efêmero.

A mulher em situação de violência que procura assistência ou a justiça está, precisamente, numa *situação*, e esta pode durar um dia, um ano ou por vezes uma vida e, no entanto, ela também é efêmera, para bem ou para mal. As ocupações do MMOB precisam constituir um passo a mais no estabelecimento de uma “consciência formal” da segregação espacial que o urbano impõe às mulheres, como formas de apropriação e subversão da forma urbana patriarcal. Desta forma, as Casas de Referência geridas pelo movimento reformatam a

dicotomia do espaço feminino-privado, e espaço masculino-público, reconduzindo o o trabalho do cuidado relegada ao sujeito feminino, politizando-o e voltando-o para o próprio processo de emancipação de classe. Naturalmente, isso se reflete em territórios onde impera a liberdade das formas, onde se constrói espaços de constante mudança e reinvenção. Tratam-se de espaços funcionais e com demandas específicas, mas também “vazios” multiplicadores de usos e espaços de urbanidade.

Atualmente, uma mulher que sofre violência pode acabar sendo duplamente vitimizada, pois ao procurar uma delegacia de mulheres poderá enfrentar perguntas invasivas e culpabilizantes. As vítimas muitas vezes desconhecem a existência dos Centros de Referência para Mulheres (CRM) e dos abrigos, e ao procurar pelas delegacias além de frequentemente não encontrarem o atendimento adequado, nem chegam a ser encaminhadas para esses equipamentos, que são em muitas regiões inexistentes ou insuficientes. Ao ocupar, o Movimento Olga propõe um novo tipo de política para os CRMs: geridos pelo movimento, com espaços de formação e cultura que ultrapassam o simples acolhimento e o direcionamento para aparelhos estatais (TOMMASI, ASSIS, 2018). Para além, ao ocupar, o movimento renova a luta feminista pelo fim da violência, retomando seu caráter de rebeldia e de enfrentamento à toda ordem social vigente.

3. As Ocupações do Movimento de Mulheres Olga Benario

Ao passo que as casas Tina Martins (2016; MG), Irmãs Mirabal (2016; RS) e Carolina Maria de Jesus (2021; SP) acumulam a função de abrigo às atividades, há casas como Helenira Preta I e II (2017 e 2021; SP) e Laudelina de Campos Melo (2021; SP) que não contam com essa infraestrutura. Além dessas, desenvolveu-se até o momento outras experiências com ações de resistência e resiliência semelhantes e distintas em mais alguns estados, totalizando 13 ocupações/casas de referência feitas pelo movimento: Preta Zeferina (2021; BA), Soledad Barrett (2022; PE), Almerinda Gama (2022; RJ), Antonieta de Barros (2022; SC), Preta Simoa (2022; CE), Rayana Alves (2022; PA) e Ieda Santos Delgado (2022; DF).

O objetivo geral das casas é ajudar mulheres em situação de violência e, por avaliar a violência contra à mulher em seu caráter multifatorial – como a violência domiciliar, mas também a violência exercida pelo Estado e a violência de gênero, de uma maneira geral – as casas e suas voluntárias se aprimoram a partir da constante *práxis* e se especializam diante das demandas trazidas pelas próprias atendidas. Na Casa Tina Martins, por exemplo, especificamente no local da primeira ocupação no centro de Belo Horizonte, realizavam-se grande número de atendimentos que traziam experiências de violência caracterizadas por suas múltiplas vulnerabilidades sociais; como mulheres em situação de prostituição, mulheres em situação de rua, e pessoas trans. Já na Casa Laudelina de Campos Melo, no Canindé, para além dessas há uma demanda da população imigrante, muitas vezes em situação de rua e outras vezes sem o domínio da língua portuguesa. Exemplos como esses mostram que, apesar de todo planejamento prévio, análise de possíveis demandas e desenvolvimento das ocupações, o Movimento Olga, com uma bandeira de luta inovadora de combate e prevenção à violência de gênero, para além de só pressionar as instituições estatais, literalmente salva vidas com as próprias mãos, e vêm se reinventando e buscando desenvolver um trabalho prático cada vez mais qualificado e que possa abarcar com acolhimento, escuta e possibilidades de alguma resolução/encaminhamento para as situações diversas que chegam a esses espaços.

O modelo de gestão das casas é no geral semelhante: as funções de coordenação são exercidas por voluntárias militantes e a organização do espaço é dividida igualmente entre essas e as abrigadas ou acolhidas, se distribuindo de forma rotativa a depender das necessidades de cada uma das casas. Com suas distinções e especificidades dadas pelas características e necessidades de cada território, centralizam-se pelo objetivo de ser um espaço de referência para mulheres, realizando atividades no amplo espectro da convivência, para além do essencial, como por exemplo: atividades que conectem discussões sobre gênero, pautas antirracistas, anticapacitistas, aulas de yoga, forró, capoeira e feiras, cursos capacitantes, etc.

Como um movimento feminista marxista, entendemos essas ações como paliativas dentro do sistema capitalista, patriarcal e racista, e que o socialismo é o sistema que criaria condições para que essa sociedade deixe de reproduzir as violências atuais, desenvolvemos também espaços de formação política a partir de núcleos de estudos próprios do movimento; que levam com didática, reflexões e radicalidade a pessoas que, em sua grande maioria, não teriam essa possibilidade de assimilar aonde estão inseridas.

É possível ir a uma das casas para participar de uma atividade, realizar atendimento jurídico e psicossocial, ou apenas para ter uma pausa da rotina e tomar uma xícara de café. No geral, os cômodos são organizados com móveis doados ou autoconstruídos e as melhorias incrementais são realizadas paulatinamente, a partir da visualização de programas de necessidades e de expansão da qualidade do uso do espaço ao longo do tempo. A Casa Tina Martins, por exemplo, em sete anos já necessitou de mudar do local inicial já desenvolveu variadas conformações de leiautes internos e passou por uma reforma em 2021 que garantiu mais conforto e mudança de usos dos cômodos. Já a Casa Laudelina, em seu primeiro ano e meio de atividade, passou por um processo de reforma completa para garantia de condições mínimas de habitabilidade, conforto ambiental e condições mínimas para realizar o atendimento— pois tratava-se de um imóvel extremamente degradado e contaminado— de forma completamente auto-financiada e autogestionada, por meio de mutirões.

Hoje, a prática cotidiana das ocupações de mulheres em locais como Belo Horizonte, Porto Alegre e Mauá atingem sua maturidade, de modo a abrigarem em si as camadas de heterogeneidades, contradições e potencialidades da cidade contemporânea. Ao mesmo tempo, as ocupações mais recentes ensaiam novos gestos e itinerários de reinvenção constante no seio de um movimento social. Assim, estabelecem-se diálogos, tanto internamente no trabalho entre as casas, tanto entre as casas e a externalidade, que orientam os fazeres e os saberes do movimento feminista e, em última instância, um outro estar perante a situação urbana. São espaços do mundo de hoje, construídos pelas mulheres do mundo de hoje. As sementes de uma outra cidade são também produtos imediatos do elaborar de uma cidade possível.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Suely Kofes. Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas, Editora Unicamp, 2001.

ASSIS, Isis Mustafá de; TOMMASI, Livia de. As mulheres e a luta por casa de referência: a experiência do Movimento de Mulheres Olga Benário e o crm Helenira Preta. São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC. Ciências e Humanidades. São Bernardo do Campo, v.2, n.1, p.27 - 41, jul/2018;

BASTOS, C.; Tina Martins: de ocupação a Casa de Referência. VIRUS, São Carlos, n. 13, 2016. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/>. Acesso em junho de 2022.

BASTOS, Camila; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; MIRANDA, Guilherme Marinho; SILVA, Harley; FILHO, João Bosco Moura Tonucci; CRUZ, Mariana de Moura; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. Entre o Espaço abstrato e o Espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 19, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 251-266;

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. Revista Socialist Worker, 10 set. 2013. Tradução de Maria Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi.

FEDERECI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2017. Tradução: coletivo Sycorax, 2017;

GOUVEIA, Taciana. Mulheres e Direito à Cidade: o sentido da liberdade. Fundação Bento Rubião. Revista a liderança feminina nas lutas urbanas. Rio de Janeiro, Número 1, Dez 2011, pgs 06-09.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

LEFEBVRE, Henri. A Re-produção das relações de produção. Porto: Edições Escorpião, 1973;

_____. Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001;

_____. Espaço e política. Belo Horizonte: ed. DA UFMG, 2008, 192 P;

MUXÍ, Zaida. Ciudad Próxima. Urbanismo sin Género. Barcelona: Revista Ingeniería y Territorio, 75, pp. 68-75. 2006;

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997. - (coleção cidade aberta);

SANTANA, Jessica de Castro. Tina Martins - Mulheres de luta: resistência e subversão como meios para o direito à cidade. Realidade urbana brasileira: problemas, desafios e possibilidades para a efetivação do Direito à Cidade. Rio de Janeiro, RJ: 2021. 147-173p.

